



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES

UNIDADE DE GESTÃO DE PROJECTO (UCP)

WARCIP

West Africa Regional Communications Infrastructure Program

ETUDES D'IMPACT ENVIRONNEMENTAL ET SOCIAL (EIES)

**PROJET DE RÉSEAU DE TÉLÉCOMMUNICATIONS
HAUT DÉBIT D'AFRIQUE DE L'OUEST
EN GUINEE - BISSAU**

PGES SPECIFIQUE AU BMH DE SURU



ETUDE CONSEIL INGENIERIE
ETUDE CONSEIL INGENIERIE

Villa N° 190, La Linguère – Keur Massar - SENEGAL

Tél. : +221 33 837 80 36 / 77 648 95 33

Email : ecienvironnement@gmail.com

beroubaguisse@yahoo.fr

Dr BEROUBA GUISSÉ
Expert consultant agréé

JANVIER 2019

ÍNDICE

ÍNDICE	2
I * INTRODUÇÃO *	34
I.1. CONTEXTO DO ESTUDO	34
I.2. JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO	34
II.1. A ESTRATÉGIA NACIONAL E O PLANO DE ACÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA	34
II.1.1. A ESTRATÉGIA NACIONAL	34
II.1.2. O PLANO DE ACÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA	45
II.1.3. O PLANO NACIONAL DE ACÇÃO DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	45
II.1.4. AUTORIDADE DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE (AAAC)	45
II.1.6. O DECRETO 14/2011 DE 22 DE FEVEREIRO SOBRE AS FLORESTAS	45
II.1.7. ANÁLISE DE POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO BANCO MUNDIAL APLICÁVEIS AOS PROJECTO	45
III * DESCRIÇÃO DO PROJECTO *	56
<i>A amarração ao cabo submarino ACE</i>	56
IV * DESCRIÇÃO DO MEIO (SITE DO BMH)*	79
V * IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS DO BMH DE SURU*	1142
MEIO TERRESTRE (NA PRAIA)	1142
V.1. EM FASE DE CONSTRUÇÃO	1142
V.2. NA FASE DE EXPLORAÇÃO	1243
VI * PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL *	1344
VI.1. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PGES E A GESTÃO DO PROJETO	1920
VI.2. CONSULTAS PÚBLICAS *	2223
VI.2.1. ATORES CONSULTADOS	2223
VI.2.2. CONTEÚDO DA CONSULTA	2324
* CONCLUSÃO *	2526

I * INTRODUÇÃO *

I.1. CONTEXTO DO ESTUDO

O Governo da Guiné-Bissau procura desenvolver o seu sector das telecomunicações, para o efeito, adotou recentemente uma estratégia de desenvolvimento nacional, cujo título é « Plano Estratégico e Operacional -2015-2020» com uma tónica particular sobre a promoção e o desenvolvimento de Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) por intermédio do programa destinado a uma Infraestrutura de Comunicação Regional na África Ocidental (West Africa Régional Communications Infrastructure Program – (WARCIP)) financiado pelo Banco Mundial.

Os objectivos do Programa WARCIP/GB são comuns em todos os projectos WARCIP e consistem em aumentar a cobertura geográfica das redes de banda larga de grande capacidade, reduzindo deste modo os custos dos serviços de comunicação no território da Guiné-Bissau e entre a Guiné-Bissau e os outros países da CEDEAO, conectando-se ao cabo submarino ACE (Africa Coast to Europe) em Dakar e construindo um cabo de fibra ótica terrestre para a conexão entre Suru ao ponto de conexão OMVG em Antula, na República da Guiné Bissau.

I.2. JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo é justificado pela necessidade de identificar o conjunto dos impactos sobre o ambiente biofísico e socioeconómico associados ao Projecto WARCIP/GB. No que se refere à abordagem, diferentes instrumentos regulamentares e políticos indicam a diligência que conduzem à elaboração do relatório do EIES do Projecto, nomeadamente aqueles que obrigam os despachos que completam a legislação nacional, em particular a Lei Base nº 1/2011 de 2 de Março de 2011 sobre o ambiente e a Lei nº 10/2010 de 24 de Setembro de 2010 sobre a avaliação ambiental e política de salvaguarda ambiental e social do Banco Mundial.

II* QUADRO LEGAL ESPECÍFICO PARA A CONSTRUÇÃO DO BMH DE SURU

II.1. A Estratégia Nacional e o Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica

II.1.1. A estratégia nacional

A Guiné-Bissau é um país cujos recursos biológicos representam a base principal da economia nacional e em que as tendências para a sua degradação se tornam alarmantes. Assim sendo, importa inteirar-se das razões, das soluções a serem preconizadas bem como das recomendações a serem feitas para a conservação da biodiversidade, de modo a tornar a intervenção humana mais racional, evitando deste modo a erosão acelerada do património biológico e a consecutiva diminuição dos custos económicos e sociais.

A estratégia de implementação das ações com vista à conservação e a utilização da biodiversidade está assente em três grandes princípios da Convenção:

- Participação das populações;
- Abordagem integrada;
- Parceria.

II.1.2. O Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica

A elaboração da Estratégia e do Plano de Acção são o fruto do engajamento do Governo da Guiné-Bissau, através da assinatura e a ratificação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, a 27 de Outubro de 1995. O desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau assenta-se sobre a utilização dos seus recursos naturais.

Este trabalho contém uma análise atual da situação da biodiversidade na Guiné-Bissau e propõe uma série de ações que devem ser levadas a cabo afim de permitir a implementação das orientações estratégicas, com vista à conservação e a utilização sustentável da biodiversidade, com a participação directa da sociedade civil e das comunidades de base, sem esquecer a das mulheres e da juventude que desempenham de igual modo um papel importante neste processo.

II.1.3. O Plano Nacional de Acção de Adaptação às Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas representam, atualmente, a maior ameaça na vida e estão intimamente ligadas à pobreza. Os seus impactos variam em função das diferentes zonas geográficas. Os Países Menos Desenvolvidos (PMD.), dos quais faz parte a Guiné-Bissau, figuram dentre os mais afetados por causa de suas condições geoclimáticas, a sua alta dependência aos recursos naturais e a sua capacidade limitada de adaptação aos impactos negativos destas mudanças.

II.1.4. Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC)

A Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC) está ligada ao Secretariado de Estado ao Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Ela é responsável pela Coordenação e o seguimento de qualquer procedimento do Estudo do Impacto Ambiental e Social na Guiné-Bissau.

II.1.5. Lei de Base nº1/2011

A Lei orgânica sobre o Ambiente é um instrumento legislativo que dispõe como principio geral no seu Artigo 2 que: ***Todo individuo tem o direito a um ambiente humano ecologicamente equilibrado e tem por dever de o defender, e cabe ao Estado, através de organismos qualificados recorrendo à iniciativa popular e comunitária, trabalhar com vista à melhoria da qualidade de vida, tanto a nível individual como coletivo.***

A política do ambiente procura otimizar e garantir a continuidade no uso dos recursos naturais, qualitativamente, como sendo o princípio fundamental para um desenvolvimento sustentável.

II.1.6. O Decreto 14/2011 de 22 de Fevereiro sobre as Florestas

Esta lei define no seu Artigo 2º, alínea 3 que uma floresta é uma formação natural e um sistema artificial de formações compostas por mangais, palmeirais, matas e outros tipos de formação vegetal, tais como, as florestas subsumidas, densas, meio densas, subtropicais em regenerescência e as savanas arbóreas e herbáceas.

II.1.7. Análise de Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial aplicáveis aos Projecto

As atividades do Projecto de Infraestruturas de Comunicação na África Ocidental (WARCIP) cujo financiamento é assegurado pelo Banco Mundial, serão necessariamente submetidas tanto às Políticas Nacionais como as de Salvaguarda desta instituição.

A pertinência da cada uma das dez Políticas de Salvaguarda foi verificada relativamente ao Projecto. As políticas ambientais e sociais do Banco Mundial compreendem ao mesmo tempo, as Políticas Operacionais (OP), as Diretivas Operacionais (DO) bem como os Procedimentos do Banco (PB). As políticas de salvaguarda ambiental e social dizem diretamente respeito ao Projecto são:

- OP/BP 4.01 Avaliação Ambiental
- OP/BP 4.04 Habitats naturais
- OP/BP 4.11 Recursos Culturais
- OP/BP 4.12 Reinstalação Involuntária

III * DESCRIÇÃO DO PROJECTO *

O Projecto WARCIP no âmbito do Componente 1 (**Apoio à Conectividade**) está agrupado em duas grandes atividades: a ligação ao cabo submarino ACE e a ligação terrestre de fibra ótica de Suru à Antula.

A amarração ao cabo submarino ACE

A câmara de amarração (BMH) é uma câmara na praia sob forma de uma caixa em betão e é usada para ligar o cabo submarino ao cabo de aterramento do BMH até a estação de amarração.

Foto ilustrativo da uma BMH



A localização do traçado da parte submarina do Projecto WARCIP entre o BMH Dakar até ao BMH Suru num linear de cerca 457 km apresenta-se da seguinte maneira:

- ✓ Os pontos GPS encontram-se listados na tabela abaixo (todos os pontos GPS não estão indexados por existirem em grande quantidade):

Ponto N°	Comentário	Latitude (WGS 84)			Longitude (WGS 84)		
1	BMH SURU	11	44,6886	N	015	48,7410	W
2	CABLE ALLOWANCE	11	44,6886	N	015	48,7410	W
3	End AP (475m)	11	44,4669	N	015	48,8741	W
4	PLDN MBC (SC)	11	43,9672	N	015	49,1740	W
5	MBC END	11	42,9733	N	015	54,9432	W
6	END DEEPER TARGET BU	12	19,3398	N	017	12,9545	W
7	CB AGC S/SENEGAL OFF	12	19,4498	N	017	13,0195	W

8	BJ 6002A-1	12	44,8674	N	017	17,6211	W
9	CX OOS BATHURST AF	12	59,7952	N	017	17,5988	W
10	MB EZ GMB/EZ SEN	13	35,5999	N	017	18,5183	W
11	MBC (SR,HG)	13	47,5276	N	017	20,7040	W
12	MBC (SR)	14	03,0090	N	017	23,4417	W
13	CB SANGOMAR/RUFISQUE	14	05,0070	N	017	23,7578	W
14	MBC (SR)	14	15,0558	N	017	25,5173	W
15	MBC END	14	15,1261	N	017	25,5275	W
16	AC	14	15,1739	N	017	25,5344	W
17	MBC (SR)	14	15,4034	N	017	25,6031	W
18	MBC END	14	15,4531	N	017	25,6179	W
19	TR DA-14/SA-14	14	15,7294	N	017	25,7006	W
20	CX IS SAT 3 seg 17	14	34,8399	N	017	29,1612	W
21	CX OOS Atlantis 1 AF	14	36,0734	N	017	29,3286	W
22	CX IS ATLANTIS 2	14	37,7370	N	017	29,7320	W
23	CX OOS Fernando de N	14	38,7699	N	017	29,8408	W
24	CX OOS UNKNOWN (CHAR	14	39,8093	N	017	29,5450	W
25	PLUP	14	40,7009	N	017	28,8168	W
26	START AP (425m)	14	40,9504	N	017	28,3575	W
27	CABLE ALLOWANCE	14	41,0826	N	017	28,1410	W
28	BMH DAKAR	14	41,0826	N	017	28,1410	W

Figura : Vista geográfica do traçado submarino do Projecto WARCIP



Este relatório apresenta uma visão da Zona da Praia de Suru representando o Ponto de Chegada do cabo ACE na Guiné-Bissau. A sua chegada necessitará de construção da câmara de amarração denominada BMH.

Para a construção desta infraestrutura de recepção, deverá ser liberto, na zona dos mangais, um espaço de cerca de 18m² junto da Praia. Nesse nível, o solo é de natureza argiloso-lodoso derivado da degradação duma parte do mangal que se encontra em retrocesso sob o efeito da pressão humana e do avanço do mar nessa zona.

No quadro da visita de terreno que teve lugar a 10 de Outubro d 2018 ao longo do traçado, os seguintes pontos críticos foram assinalados no local do BMH em Suru:

Pontos Características	X	Y	Código GPS	Imagem da Zona
PKO (zona ecológica de Suru - presença de resíduo de mangais)	411493	1298533	Pt000	

As obras compreendem quatro etapas principais:

- ✓ A instalação do Estaleiro;
- ✓ As obras de preparação das áreas de instalações e de ordenamento das superfícies no solo para a implantação dos edifícios;
- ✓ A construção dos edifícios ;
- ✓ A Instalação dos equipamentos.

As atividades do Projecto no decurso da construção são essencialmente:

- ✓ Terraplanagem: escavações diversas (de sapatas ou valas) e movimento das terras para os edifícios
- ✓ Execução das obras de betão (produção dos BTC e dos BTS, produção de betões e de argamassa, confeção das estruturas metálicas ou em madeira)
- ✓ Execução da estanquidade (impermeabilização e da cobertura)
- ✓ Canalização e sanitários
- ✓ Eletricidade
- ✓ Climatização
- ✓ Marcenaria de madeira e metalurgia
- ✓ Marcenaria de Metais e Vidreiras
- ✓ Revestimentos e teto falso
- ✓ Pintura e mobiliários de decoração, de arranjo, e de adaptação
- ✓ Limpeza do Local e Retiro do Estaleiro

IV * DESCRIÇÃO DO MEIO (SITE DO BMH)*

Os mangais são formações vegetais característicos da zona costeira da Guiné-Bissau, em que se encontram importantes maciços florestais formados por várias espécies a saber, Rhizophora, Actaea racemosa, Avicennia africana, Avicennia germina Languncularia racemosa e

Conocarpus erectus. As espécies predominantes são *Rhizophora*, que se encontram nos mangais altos com envergadura média de 10 m, localizados nas franjas litorais dos braços de mar inteiramente submergidos pela maré. Os mangais baixos esses são formados por *Avicennia africana* que se distingue da *Rhizophora* pela sua altura média, de aproximadamente 5 m. Estes ocupam a parte mais alta e inundada em função das marés diurnas

O BMH de SURU ficará portanto localizado no mangal baixo

Nesta zona, poderão ser encontrados mamíferos como os hipopótamos (*Hippopotamus amphibius*) que vivem em mares salobros, os mangustos (*Herpestes paludinosus*) e a lontra (*Aonyx capensis*) que se alimentam de peixes, crustáceos e outros animais aquáticos.

As aves costeiras das quais as mais representativas são os pelicanos (*Pelecanus onocrotalus*), as garças reais (*Ardea Cinrea*), os patos (*Anatinae*), os corvos-marinhos (*phalacrocorax carbo*), os mergulhões (*podipedidae*), os patos bravos (*Anser anser*) e as andorinhas-do-mar (*sterna paradisaea*).

Tendo em conta a situação atual (extração de mangais, solo desguarnecido, ausência de mamíferos, etc), o local definido para nele se contruir o BMH irá permitir a redução no máximo o arranque dos cepos da *Avicennia* e provocar perdas de pequena fauna que já desapareceu da zona há muito tempo devido à degradação desta parte do mangal.

Abaixo encontram-se as coordenadas geográficas da posição do BMH.

Localização final do BMH	N: 11° 44' 42.10''
	W: 15° 48' 44.49''

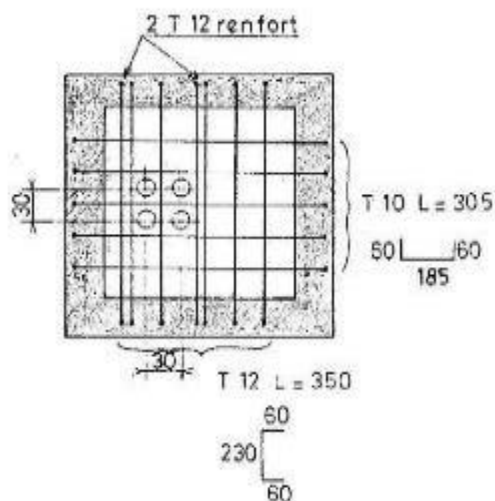




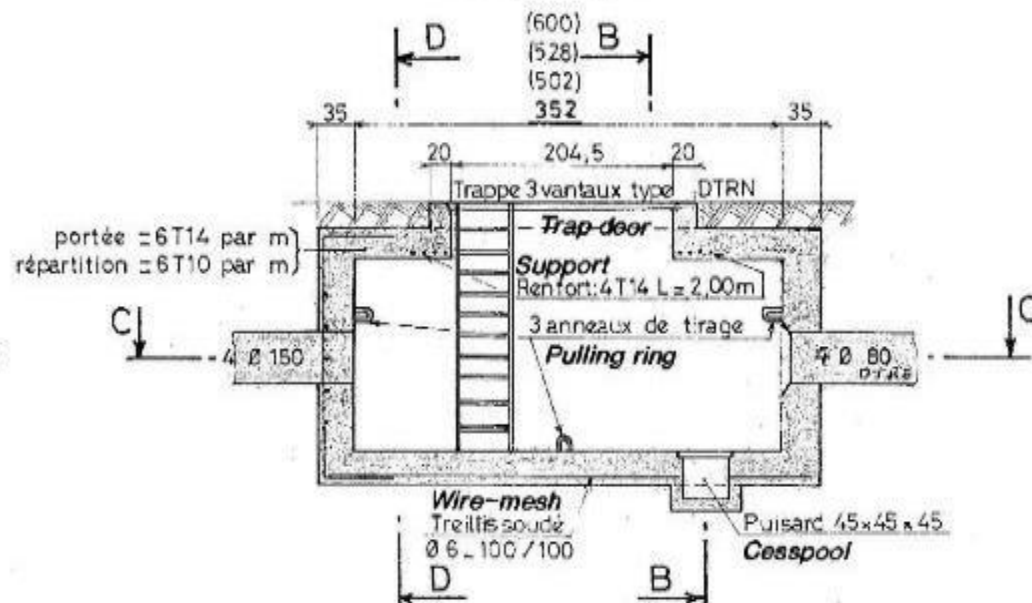
Fotografia mostrando o local limpo do BMH de SURU

Coupe DD

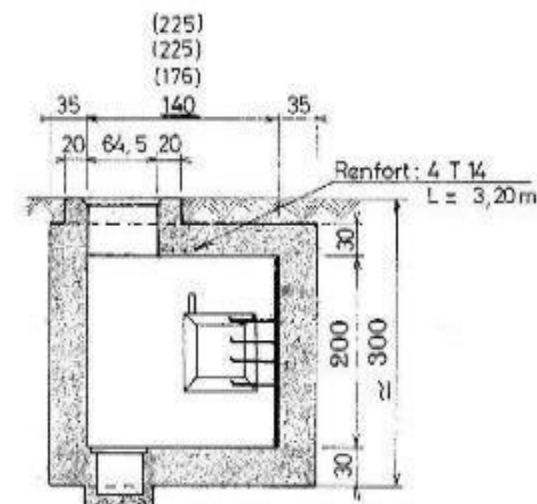
(Ferraille maille de 30 cm)
Wire-mesh



Coupe AA

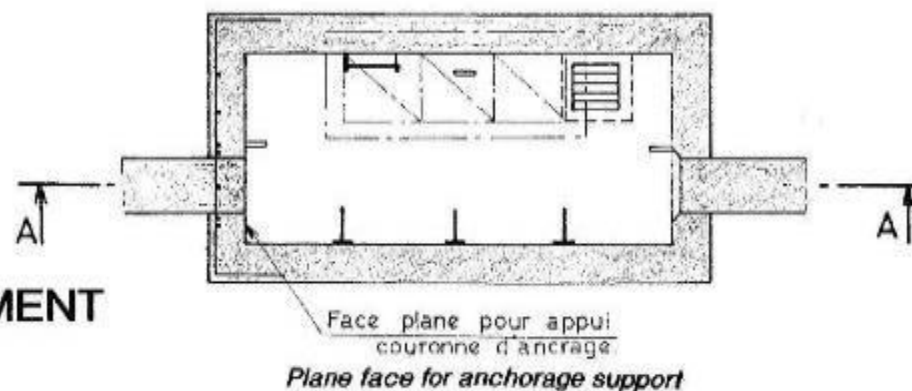


Coupe BB



COTE MER
Seaside

Coupe CC Section



PREVOIR PRISE DE TERRE /Earth
DANS LA CHAMBRE VALEUR: 10Ω
GRILLAGE GALVANISE A POSER
SOUS LE RADIER DE LA CHAMBRE

IMPORTANT:

- Masque coté mer dans le prolongement du pied droit à l'intérieur de la chamb.
- Entraxe des Ø 150 = 300 mm
- Herse de console en alu ou galvan

CHAMBRE D'ATERRISSEMENT
ET D'ANCRAGE
BEACH MANHOLE



Figure 1: Les caractéristiques de la chambre d'atterrissage et d'ancrage

V * IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS DO BMH DE SURU*

MEIO TERRESTRE (NA PRAIA)

V.1. Em Fase de Construção

➤ IMPACTOS NEGATIVOS SOBRE O MEIO BIOFÍSICO

SECTORES IMPACTADOS	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	NATUREZA DO IMPACTO	IMPORTÂNCIA DO IMPACTO
A qualidade do ar	O local de aterramento em Suru irá necessitar do uso de maquinaria pesada e outros veículos de estaleiro. O funcionamento destas maquinarias motorizadas poderia provocar localmente uma degradação da qualidade do ar (ruídos, poeira e gaz de tubos de escape) que serão tanto quanto mais agravantes que as condições de dispersão podem ser más.	Negativo	Menor
A geologia e os solos	As obras de preparação e de construção do BMH irão precisar de passagens repetidas entre a praia e os pontos de acesso podendo deste modo aumentar a compactação natural do solo e os riscos de poluição devidos ao despejo accidental de hidrocarbonetos sobre o solo.	Negativo	Médio
A paisagem	Na praia, o risco de modificação da paisagem está essencialmente ligado, por um lado, às atividades de terraplanagem et por outro, à instalação temporária de equipas e do material do estaleiro.	Negativo	Menor
A flora e a fauna da praia	O mangal a nível da praia de Suru está particularmente exposto a maiores degradações durante as operações de enterramento do cabo e da construção do BMH. Note-se, aliás, que este mangal já se encontra seriamente degradado em certos sítios em que só restam cepos a serem retirados e substituídos.	Negativo	Menor

➤ IMPACTOS NEGATIVOS NO MEIO SOCIOECONÓMICO

SECTORES IMPACTO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	NATUREZA DO IMPACTO	IMPORTÂNCIA DO IMPACTO
---------------------	----------------------	------------------------	---------------------------

Riscos de perda de terras, de degradação de bens e de perda de recursos	A libertação dos excedentes destinados à execução das valas (0.5m de largura) pode engendrar riscos de perda de terra agrícola a nível da região de Biombo. No entanto, o local previsto para a construção do BMH de Suru não irá necessitar de nenhuma libertação, portanto nenhuma perda de terra agrícola.	Negativo	Menor
Riscos de conflitos sociais	Durante as obras, os Postos de Emprego deverão ser em primeira destinados aos jovens habitantes das localidades diretamente afetadas pelos trabalhos. Este recrutamento local irá permitir a redução de riscos de conflitos sociais por causa do incumprimento ou então, do desconhecimento de certos usos e costumes.	Negativo	Menor
Riscos de perturbação das actividades de pesca	No decorrer das obras, as actividades de pesca poderão ser temporariamente perturbadas na zona de Suru ou provocar uma fraca atividade neste sector pelos habitantes de Prabis.	Negativo	Menor

V.2. Na Fase de Exploração

SECTORES IMPACTO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	NATUREZA DO IMPACTO	IMPORTÂNCIA DO IMPACTO
A presença do cabo na Praia de Suru	A partir da Praia de Suru, o cabo proveniente do meio marinho fica enterrado portanto fica invisível. Isto faz com que nenhum impacto negativo seja esperado sobre os organismos que vivem neste ecossistema.	Negativo	Menor
A presença do BMH na Praia de Suru	A presença do BMH não representa incómodo ou perturbação séria da vida das espécies animais que vivem na praia. Nenhuma obstrução do acesso, nem entrave à prática de actividades da população e da presença das aves migratórias são esperados. O aspeto visual da paisagem da praia não sofrerá modificações significativas.	Negativo	Menor

VI * PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL



MEIO TERRESTRE

Plano de Gestão Ambiental e social (PGES) no meio terrestre

FASE PRÉ-CONSTRUÇÃO E CONSTRUÇÃO

Componente do meio afectado	Natureza do impacto potencial	Medidas de atenuação	Indicador de seguimento	Responsáveis		Vencimentos/Período	Custos (FCFA)	Custos de seguimento
				implementação	seguimento/Controle			
NA PRAIA								
Ar	Risco de emissão de poeira e de gás de escape	- Cobrir bem os camiões transportadores de areia ou de outros materiais empoeirados - Estudo prévio de vias de acesso ao estaleiro por uma escolha adequada dos traçados - Irrigação regular do estaleiro, das vias de acesso - Garantir o bom estado dos veículos pesados - Dotar os operários de mascaras anti poeira - Campanha de sensibilização aos operários contra as doenças respiratórias	- Plano de circulação validado pelo gabinete de controlo - Número de camiões cobertos - Número de reclamações dos vizinhos registados - Superfície do estaleiro e das vias de acesso irrigados - Número de campanhas organizadas	Empresa Subcontratante	WARCIP Comité de seguimento	Durante os trabalhos /Trimestral	2.000.000	Custo incluído no protocolo de acordo entre o promotor e a CSR

Geologia / Solo	- Produção de estacas e presença de atropelos no solo - Risco de poluição do solo - Modificação e fragilização da estrutura e da textura do solo - Risco de aumento da erosão e um transporte de sedimento a nível da praia de Suru	- Criar um sistema de gestão de estacas - Certifique-se de empilhar as estacas perto dos sulcos - Restabelecer ao estado inicial da praia de Suru - Minimizar a compactação dos solos - Evitar todo derramamento dos produtos poluentes no solo - Reabilitação da zona para permitir uma boa retoma das atividades iniciais ; - Ter em conta as horas de maré baixa e alta - Evitar no máximo possível a utilização de máquinas que possam modificar ou acelerar os fenómenos da erosão costeira a nível da praia de Suru - Interditar sistematicamente a extração da areia a nível do litoral	- Presença de um sistema de gestão das estacas; - Não utilização de máquinas pesadas - Taxa de superfície revestida - Depósito de terra vegetal na reserva - Nível de restabelecimento do estado da praia para um uso útil e seguro.	Empresa Subcontratante	WARCIP Comité de seguimento	Durante os trabalhos / Trimestral	3.000.000	Custo incluído no protocolo de acordo entre o promotor e a CRS
-----------------	--	--	--	------------------------	-----------------------------	-----------------------------------	-----------	--

Flora	Clareira, abate das árvores Risco da degradação da cobertura vegetal Risco da degradação do mangal	- Necessidade de implicar o Brigada Nacional de Planificação costeira (BNPC) - Estabelecer um protocolo de acordo com a BNPC para rearborização e consolidação do mangal ; - Evitar tanto quanto possível o abate das árvores ou arbustos sem autorização das águas e florestas	➤ Número das árvores abatidas ➤ Superfície de mangal desmatado ➤ Existência do protocolo de acordo	Empresa Subcontratant e Comité de seguimento (BNPC)	WARCIP Comité de seguimento (BNPC)	Durante os trabalhos/ Trimestral	6.000.000	Custo incluído no protocolo de acordo entre o promotor e a CRS
Fauna	Risco de perturbação das espécies (migratórias, etc.) podem provocar uma baixa da diversidade biológica da zona Risco de destruição accidental dos nichos ecológicos	- Assegurar a frequência das espécies na zona - Proibir a destruição do habitat natural - Evitar todas as perturbações na zona	- Número de painel de proibição - Segurança dos habitats naturais	Empresa Subcontratant e Comité de seguimento	WARCIP Comité de seguimento	Durante os trabalhos / Trimestral	1.500.000	Custo incluído no protocolo de acordo entre o promotor e a CRS

Social	Risque Risco de acidente de trabalho ou da circulação	- Estabelecer um perímetro de segurança a nível de diferentes saleiros - Instalar painéis de circulação - Evitar estacionamento prolongado dos camiões na beira das vias de acesso - Exigir o porte obrigatório dos EPI etc.; - Exibir as instruções de segurança - Isolar as zonas de iscos;	-Número de acidentes ou incidentes -Número de reclamações - Porte efetivo do EPI	Empresa Subcontratante	WARCIP Comité de seguimento	Durante os trabalhos / Trimestral	2.000.000	Custo incluído no protocolo de acordo entre o promotor e a CRS
Socioeconómico pesca	Risco de perturbação das actividades de pesca	-Evitar enquanto possível, as zonas de pesca. -Implicar as pescas na elaboração das zonas de acesso interdito. -Se possível pegar os pescadores para os empregos não qualificados como actividades de lançar cabo. -efectuar campanhas de sensibilização	- Presença das zonas de pesca não tocadas; -Número de pescadores implicados -Quantos pescadores são recrutados -Relatório da sensibilização	WARCIP Empresa Subcontratante	WARCIP Comité de seguimento	Durante os trabalhos / Trimestral	1.500.000	Custo incluído no protocolo de acordo entre o promotor e a CRS
	Perda de acesso as praias	-Informar à tempo os usuários sobre a duração dos trabalhos	-Número dos usuários informados	WARCIP Empresa Subcontratante	WARCIP Comité de seguimento	Antes do início dos trabalhos		

CUSTO GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PGES ESPECÍFICO NO BMH DE SURU

17 500 000 FCFA

VI.1. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PGES E A GESTÃO DO PROJETO

Funções e responsabilidades institucionais

Nº	Estruturas	Funções e Responsabilidades
01	Comité de gestão	<u>Fase preparatória e construção</u> Um comité de gestão será criado para assegurar a coordenação e a coerência do conjunto do projecto WARCIP e centralizar o fluxo de informação. Este comité agrupará o conjunto dos beneficiários autor do conselho municipal e estabelecerá uma parceria com os diferentes intervenientes (administração descentralizada, grupos de interesses comuns, associações e organizações estruturadas e outras pessoas de recurso) permitindo relatórios fáceis e claros e atitude de flexibilidade. O comité de gestão será contudo colocado sob tutela das autoridades locais representadas. As atividades de aprimoramento estarão sob a responsabilidade dum parceiro de implementação em estreita concertação com os beneficiários. <u>Fase de operação</u> Depois da colocação dos cabos a nível submarino e terrestre e também a construção das infraestruturas (camara e estação), um contrato de administração será estabelecido entre a Administração local e o Comité de gestão e que define as responsabilidades dos dois parceiros. Desta forma, estes comités serão responsáveis para o funcionamento da estação de aterragem e as atividades da manutenção e reparação da rede.

02	WARCIP	<u>Na fase de concepção</u> A unidade de Gestão do projeto (UPG) de WARCIP é encarregue de recutar o mestre de obra, Empresa, os especialistas para uma boa implementação do projeto e do PGES. Ela assegura o seguimento e avaliação da implementação do PGES. Ele verifica e valida todos os documentos produzidos pelo gabinete e consultores. Ela garante que as cláusulas ambientais e sociais de saúde, de segurança e de higiene sejam incluídas no DAO e cadernos de encargo das empresas, Ela deve implementar todas as disposições institucionais e estruturais do conjunto dos intervenientes. A obtenção de todas as autorizações necessárias no início dos trabalhos e sobretudo a obtenção do certificado de conformidade ambiental com a AAAC é a responsabilidade da UPG do WARCIP. <u>Na fase de obras</u> Durante o trabalho, a UPG de WARCIP deve proceder com análise dos relatórios submetidos pelo Engenheiro e o Contratante. Ela efetuará inspeções baseados nos relatórios recebidos ou de todas outras fontes de informação suficientemente objetivas ou de maneira inesperada. É da responsabilidade da UPG de WARCIP elaborar ferramentas de seguimento da gestão ambiental e social durante os trabalhos afim de dispor de um meio de informação fiável. <u>Na Fase de exploração</u> Para assegurar a exploração durável da rede da fibra óptica e das infraestruturas que serão colocadas a disposição do ministério da comunicação, a UPG de WARCIP deverá vulgarizar e suscitar o bom comportamento e o reflexo da proteção ambiental e da gestão durável. Uma apropriação pela população é mais que necessária para a perenidade do projeto. A apropriação será efetiva através das seções de sensibilização e envolvendo as populações organizadas e apoiando nas estruturas responsáveis suficientemente informadas e sensibilizadas. É da responsabilidade da UPG de WARCIP implementar uma boa organização institucional para a gestão durável da rede e das infraestruturas para assegurar seu bom funcionamento.
----	--------	--

03	Mestre da obra ou Missão de Controle	Responsável de supervisão ambiental (RSA) A responsabilidade deste ator começa com o início da fase de construção, quando a empresa for notificada. Ele controla as fases da instalação, dos trabalhos, da retirada e da restauração. A este título, ele é diretamente responsável pelo controle e supervisão da efetividade da implementação integral de conjunto de medidas de mitigação (atenuação, prevenção, de compensação, da redução e de bonificação) exigidos no PGES. Para isso, o RSE deverá garantir que a empresa possa produzir um PGES do estaleiro em base no PGES do projeto que será entregue. O RSE deverá por outro lado garantir o respeito do engajamento contratual tomadas pela empresa e que estão nas cláusulas ambientais e sociais inscritas no caderno das cláusulas gerais e particulares contratuais. Portanto ele efetuará visitas nos estaleiro, ele organizará reuniões da avaliação do nível da implementação do PGES, ele elaborará ferramentas de supervisão e produzirá um relatório final de supervisão no fim dos trabalhos na fase de retirada e restauração. Ele terá a tarefa de supervisionar e controlar o trabalho do gerente de meio ambiente da empresa para a realização de todos os pré-requisitos exigidos pelas PGES e que pode condicionar o início real do trabalho. O RSE é responsável pela validação de todos os resultados ambientais e sociais produzidos pela empresa e exigidos pelas PGES. Ele garantirá, em particular, o cumprimento das leis e regulamentos do Senegal no domínio da gestão ambiental e social. O supervisor deve assistir o chefe da obra na tomada de decisão em situações de gestão ambiental e sociais imprevistas ou a emergência de novos impactos. Relatório mensal de supervisão do PGES O relatório mensal de supervisão do PGES deve incluir entre outros : ➤ As ações de supervisão diárias realizadas durante o mês ➤ o resumo das discrepâncias observadas, acidentes, incidentes e falhas ➤ Todas as correspondências enviadas para a empresa e ações corretivas exigidas. ➤ Todos os resultados ilustrados obtidos ➤ As ações a serem monitorizadas e supervisionadas no próximo mês
----	--	--

04	Municípios e parceiros	• O Perfeito • O Secretário Municipal Afigura-se oportuno ter um papel de facilitação, acompanhamento, apoio e intermediação para todas as atividades de sensibilização, informação e educação a serem implementadas pela empresa no âmbito das PGES. O objetivo é colocar em vigor um quadro de consulta para melhorar os impactos positivos e mitigar os impactos negativos. Trata-se de uma questão de criação de emprego, de luta contra o VIH/SIDA, da luta contra a Incivilidade, da perpetuação da rede e da infraestrutura, das reivindicações das pessoas durante a obra, etc. Os governos locais irão criar fundos de investimento (normalmente chamados de Fundo de Desenvolvimento Local) para grandes reparações.
05	AAAC	A missão da AAAC é fundamentalmente orientada para o controle da conformidade dos programas públicos regionais e das atividades privadas regionais em relação à política ambiental adotada pelas autoridades públicas, bem como às leis e normas ambientais. No campo do EIE, este departamento, através da Divisão Regional para a Prevenção e Controle de Poluição e Danos e Estudos de Impacto Ambiental, é responsável por assegurar a aplicação das disposições relativas à EIE. Prepara, em nome do Ministro do Ambiente, as opiniões e decisões relativas à EIE. Em termos de capacidade, a AAAC possui competências técnica para garantir a supervisão, conformidade e legalidade dos projetos de desenvolvimento a nível regional. A AAAC precisará estar fortemente envolvida na validação da EIES, na audiência pública, no monitoramento da implementação do PGES durante as obras e na implementação do plano de monitoramento durante a fase de exploração.
06	BNPC / Águas e Florestas	Como parte deste projeto, ambas as instituições são responsáveis pela extração de madeira, substituição de árvores e gestão dos mangais. Assim, qualquer iniciativa que afete esses ambientes deve ser concebida, executada, liderada, fiscalizada e monitorada com a participação ativa dessas duas instituições.

VI.2. CONSULTAS PÚBLICAS *

VI.2.1. Atores consultados

No contexto das consultas públicas, os serviços técnicos, as comunidades locais e as populações locais constituem geralmente os principais alvos.

Como parte desta EIAS, vários atores foram consultados, tais como:

No contexto das consultas públicas, os serviços técnicos, as comunidades locais e as populações locais constituem geralmente os principais alvos.

Como parte desta EIES, vários atores foram consultados, tais como:

- ✓ Direção do Ambiente AAAC (Autoridade Competente da Avaliação Ambiental) de Bissau
- ✓ Gabinete WARCIP / Guiné Bissau
- ✓ Instituto Nacional da Meteorologia de Bissau
- ✓ Ministério das Pescas (Ministra de Pesca)
- ✓ Instituto Nacional da Estatística de Bissau
- ✓ Serviço Nacional da Proteção Civil de Bissau
- ✓ Direção Geral do Ordenamento do Território de Bissau
- ✓ Direção Geral da Fauna e Flora
- ✓ Gabinete da Planificação Costeira de Bissau
- ✓ Ministério da Saúde Pública Serviço de Instalação e Equipamentos
- ✓ Ministério de Transportes e Comunicações
- ✓ A empresa Eletricidade e Águas da Guiné Bissau (EAGB)
- ✓ Ministério da Função Pública Direção geral do trabalho
- ✓ Direção Geral dos recursos Hidráulicos da Guiné Bissau
- ✓ Serviço de Urbanismo, da Planificação e dos Equipamentos
- ✓ Instituição da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
- ✓ Direção Geral da Geografia e Cadastro
- ✓ Direção Geral das Estradas
- ✓ Direção Geral da Planificação Agrícola
- ✓ Agência Nacional dos Assuntos marítimos de DAKAR (ANAM)
- ✓ Sociedade Nacional das Telecomunicação de DAKAR (SONATEL)
- ✓ Direção das áreas marinhas comunitárias protegidas de DAKAR (DAMCP)
- ✓ Camara Municipal de Bissau

VI.2.2. Conteúdo da consulta

Esta seção resume as percepções, preocupações, expectativas e recomendações de serviços técnicos e autoridades locais eleitas.

➤ Comité de estado de Prabís (Sector)

Comité de Prabís (Sector)	•Existência de campos agrícolas em determinadas áreas da rota •Informações sobre o projeto recebidas pelas populações interessadas	•Assegurar a indemnização das populações afetadas •Garantir a compensação das perdas de plantas ao longo das estradas
----------------------------------	---	--

Resultados da consulta das aldeias

Acores consultados	Percepções e preocupações	Recomendações e expectativas
Perfeitura de Prabís (Prabís centro, Tamara, Bumini, Lala, Brango, Pitat, N'cumba, Blunde, Suru, Ponta Nugueira, Mua,	- Projeto esperado e aceito pela população de Prabís - Estruturação de cabos ao longo do percurso e segurança - Possibilidade de poluição marinha	- Compensação pelas populações afetadas pelo projeto - Recrutamento de trabalho local - Ajuda com a acessibilidade de água potável e

Bunglar(cumura papel), Binau, Assiete)	na área do projeto	eletricidade - Minimizar os impactos negativos e aumentar os impactos positivos Nas zonas húmidas, proteger os mangais porque estão em grande demanda
---	--------------------	---

FOTOS DAS REUNIÕES DE CONSULTA COM A POPULAÇÃO CONCERNENTE NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2018



Durante as consultas públicas em Prabis, a população informou que na sua comunidade, os pescadores não são numerosos porque é uma atividade secundária que se faz duma maneira artesanal e duma forma muito irregular. A exploração do mangal é mais importante. Contudo atividades suplementares de sensibilização e de consultas estão em curso relativamente a BMH no Suru para certificar que a comunidade local e os pescadores compreenderam o impacto temporário dos trabalhos da engenharia civil, nomeadamente aqueles sobre o mangal, a pesca, a saúde e a segurança e etc...

* CONCLUSÃO *

Este projecto WARCIP faz parte de uma dinâmica de crescimento económico de acordo com a política do Governo da Guiné-Bissau. Para isso, uma estratégia nacional de desenvolvimento intitulada "Plano Estratégico e Operacional 2015-2020", que se concentra na promoção e desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) através do Programa de Infraestrutura. Programa Regional de Infraestrutura de Comunicações da África Ocidental (WARCIP) financiado pelo Banco Mundial.

O projecto WARCIP está localizado na região de Bissau e Biombo e tem entre outros objectivos o desenvolvimento económico do país. O ambiente socioeconómico é marcado pelo contraste entre as oportunidades oferecidas pela posição geográfica estratégica das duas regiões e as condições de vida muito precárias das populações, especialmente na área rural de Biombo. Essa precariedade está relacionada principalmente ao problema de degradação dos canais de comunicação, e com um acesso muito difícil de menos telecomunicação.

Assim, com base nos resultados da análise de impacto, fica claro que as atividades específicas para a construção do BMH Suru terão impactos negativos muito limitados na área de mangal. Isto se deve principalmente ao fato de que o local que foi escolhido para abrigar o BMH está localizado fora do mangal propriamente dito, porque os 18m² necessários estão em um espaço calvo quase no início da estrada de terra entre Suru e Prabis.

O processo de informar e consultar o público tornou possível informar e recolher as preocupações dos vários atores (representantes locais eleitos, jovens, mulheres, etc.) das diferentes localidades na área de influência do projeto.

Para mitigar os possíveis impactos ambientais negativos que foram identificados, medidas de supressão, mitigação e consolidação específicas para as atividades de construção do BMH Suru foram propostas a cada vez. Estas medidas estão contidas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGES) do BMH Suru.

Com base nessas avaliações, consideramos que a construção do BMH Suru, conforme estudado no projeto, constitui um compromisso ambiental e socialmente viável, desde que todas as medidas definidas no Plano de Gestão Ambiental e Social do BMH de Suru é totalmente e rigorosamente implementado.